

PRIVATIZAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO: INICIANDO O DIÁLOGO COM A LITERATURA NO BRASIL ¹

Theresa Adrião

ORCID- 0000-0003-1181-5873

Doutora em educação,

Docente no PPGE- UNICAMP e Profa. Visitante junto ao PPGEDu-UNEMAT

theadriao@gmail.com

RESUMO: Trata-se de estudo bibliográfico, financiado pela FAPESP, realizado em três bases de dados brasileiras relacionadas a teses e dissertações e a periódicos em educação. As produções foram selecionadas pelos descritores direito à/a educação e privatização e caracterizadas segundo informações bibliométricas e categorias qualitativas: campo empírico; natureza da pesquisa; dimensão e forma de operacionalização da privatização da educação; etapa da Educação básica; posição do trabalho sobre o tema analisado, o ator privado e relação com direito à educação. O período, 1988 a 2018, considera 30 anos da garantia legal do direito à educação prevista na Constituição Federal. Os resultados indicam: inexistência de pesquisas quantitativas sobre esta relação; prevalência de pesquisas documentais; centralidade de estudos sobre privatização da oferta educacional e uma perspectiva favorável à transferência da responsabilidade pela oferta, pela gestão ou pela proposta curricular do estado para atores privados quando estes são constituídos por movimentos sociais ou organizações populares.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização, direito à educação, educação básica, estudo bibliográfico

PRIVATIZATION AND THE RIGHT TO EDUCATION A PENDING DIALOGUE: WHAT THE SELECTED PRODUCTION SAYS

ABSTRACT: This is a bibliographic study, funded by FAPESP, carried Brazilian databases related to theses and dissertations and to journals. The productions were selected by the descriptors right to education and privatization and characterized according to bibliometric information and qualitative categories: empirical field; nature of the

1 Investigação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2018/11340-0, sob a Coordenação de Profa. Dra. Cristiane Machado (LAGE/FE/Unicamp)..

research; dimension and form of operationalization of the privatization of education; basic education stage; position of the work on the theme analyzed, private actor and its relation with the right education. The period, 1988 to 2018, considers 30 years of the legal guarantee of the right to education after Constitution. The results indicate: lack of quantitative research on this relation; prevalence of documentary research; centrality of studies on privatization of the educational offer and a favorable perspective to the transfer of responsibility for the offer, management or curriculum proposal of the state to private actors when they are constituted by social movements or popular organizations.

KEYWORDS: privatization, right to education, basic education, bibliographic study

PRIVATIZACIÓN Y DERECHO A LA EDUCACIÓN: INICIAR EL DIÁLOGO CON LA LITERATURA EN BRASIL

RESUMÈN: Estudio bibliográfico, financiado por la FAPESP, realizado en bases de datos brasileñas relacionadas con tesis y disertaciones y com periódicos en educación. Las producciones fueron seleccionadas por los descriptores derecho a la educación y privatización y caracterizadas según información bibliométrica y categorías cualitativas: campo empírico; naturaleza de la investigación; dimensión y forma de operacionalización de la privatización de la educación; etapa de educación básica; posición del trabajo sobre el tema analizado, actor privado y relación con el derecho a la educación. El período 1988/2018 considera 30 años de garantía legal del derecho a la educación desde la Constitución. Los resultados indican: ausência de investigación cuantitativa; prevalencia de investigación documental; centralidad de los estudios sobre la privatización de la oferta y una perspectiva favorable a la transferencia de la responsabilidad de la oferta, gestión o currículum del Estado a actores privados cuando estos estén constituidos por movimientos sociales u organizaciones populares. Palabras clave: privatización, derecho a la educación, educación básica, estudio bibliográfico

Estudos sobre a privatização da educação e a garantia deste direito no Brasil: de onde se parte

Este estudo bibliométrico derivou de levantamento de publicações que relacionassem explicitamente processos de privatização da educação ao entendimento da educação como um direito humano. Para tanto, recorreu-se a levantamento em três bases de dados: a primeira relativa a teses e dissertações de mestrado (acadêmico e profissional) disponíveis no Banco de Dados Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes)², para o período 2014-2018; a segunda integrada por teses e dissertações disponíveis em repositórios de universidades brasileiras para o período entre 1995 e 2013, a última base é composta pelos periódicos em educação caracterizados pela CAPES como integrantes dos estratos superiores das publicações na área (QUALIS A1) e publicados entre 1988 e 2018.

Cabe informar que, embora a pesquisa tenha delimitado 1988 como o início do Estado da Arte, em relação às teses e dissertações os dados coletados mostram que estas começaram a ser produzidas em 1995. (Suprimido, 2020)

Em todas as bases, as publicações foram selecionadas em duas etapas: primeiramente por buscas pelo descritor *Direito à Educação/Direito a Educação* aplicado a todos os campos (título, palavras chave e resumos) e em um segundo momento pela seleção, dentre o material inventariado, por intermédio do descritor *privatização* aplicado como filtro em todos os campos.

O levantamento ocorreu entre abril 2019 e dezembro de 2020³. O período para seleção das produções – 1988-2018- compreende os 30 anos de vigência da garantia legal do direito à educação decorrente de sua previsão na Constituição Federal e circunscreveu o material a ser inventariado àqueles disponíveis para download.

O material inventariado foi organizado em

planilha *excel*, com filtro em todas as colunas, exibindo, nas linhas, as seguintes informações sobre os trabalhos: autor/a, título, ano, nível acadêmico (mestrado ou doutorado), orientador/a,

2 Reafirma-se como identificado em pesquisa anterior (ADRIÃO, 2015) algumas inconsistências entre os trabalhos disponíveis no Banco e tese da CAPES e aqueles presentes nos repositórios das universidades, para um mesmo ano. Tal condição exigiu a realização de buscas casadas nas duas bases para efeito de dirimir dúvidas.

3 Realizado por bolsistas de graduação. (MACHADO, 2021)

banca, universidade do autor/a, tipo de universidade (pública ou privada), financiamento/agência, resumo, palavras chave e disponibilidade da dissertação ou tese em arquivo *pdf* na própria plataforma. Os trabalhos que estavam disponíveis no Banco de Dados, além de relacionados na planilha, foram arquivados em pastas separadas por ano de publicação e salvas no *google drive*, os demais foram localizados nos *sites* das Universidades e alguns poucos no *Google Acadêmico* e no *Google*. (SUPRIMIDO)

O levantamento inicial localizou 48 produções discentes. Entretanto, uma limitação localizada em trabalhos anteriores (Ferreira, 2002; Adrião, 2015, 2018), que residiu na ausência de acesso ao trabalho completo por meios digitais, circunscreveu o levantamento inicial a 47 produções. Complementarmente e tendo vista que o objetivo último deste artigo é identificar e caracterizar produções que analisem a privatização da educação em vista da consecução desta mesma como Direito, da leitura dos resumos resultou uma seleção final de **24** teses e dissertações, a partir da qual se tratou de inventariar e caracterizar a produção discente em nível de pós-graduação dos cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado publicadas entre 1988 e 2020.

No que se refere à publicação de artigos em periódicos da área da educação, o levantamento inicial, decorrente da filtragem apenas pelo já mencionado descritor *Direito Humano à/a educação* identificou 83 artigos, dos quais apenas sete publicados em quatro periódicos A1 associavam-se também à privatização. Após leitura dos artigos, um deles foi excluído por não corresponder ao escopo deste levantamento, educação básica e instituições formais, de modo que este conjunto foi constituído por seis publicações.

O resultado apresentado integra pesquisa modalidade Estado da Arte sobre o Direito à Educação no Brasil, e objetiva apresentar uma análise bibliométrica ao que foi localizado, entendida esta como uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (ARAÚJO, 2006, p. 12). A esta opção metodológica agrega-se a informação de que se trata de um inventário em segmento específico da produção, neste caso da produção em trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação em instituições de ensino brasileiras e em periódicos acadêmicos selecionados da área de educação e, neste sentido, enquadrando-se como um “estado do conhecimento” (NOGUEIRA, 2015).

As informações bibliométricas versam sobre: ano de publicação; instituição de vínculo do autor/a; nível do curso (no caso de produção discente) e periódico no caso dos artigos. A estes somaram-se **informações qualitativas**

depreendidas da leitura dos resumos e, na insuficiência destes, da introdução dos trabalhos selecionados. As **categorias qualitativas** adotadas baseiam-se em Adrião (2015, 2018, 2021) e referem-se a: Campo empírico abordado no trabalho; natureza da pesquisa; metodologia adotada (qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa ou ensaio); dimensão e forma de operacionalização da privatização da educação; etapa da Educação básica focalizada; outras abordagens de privatização (privatização abordada como elemento do contexto e privatização como condicionante histórica); posição do trabalho sobre o tema analisado e por último, o ator privado envolvido. No caso de ausência de informações adotou-se a Sigla Si (Sem Informação).

Por fim, o levantamento sistematiza o tratamento dado ao direito à educação, por meio da captação do sentido atribuído ao termo pelos trabalhos.

O artigo dialoga com resultado de trabalho anterior (Adrião, 2018; 2020) tendo em vista as categorias selecionadas para a caracterização da produção e pretende identificar o tratamento dado a este recorte da produção científica brasileira em educação a conexões entre privatização da educação e sua realização como Direito.

O descritor privatização toma de empréstimo o sentido atribuído por BELFIELD; LEVIN, (2004), pelo qual os autores designam processos que correspondem à transferência de atividades, ativos e responsabilidade de governos e instituições públicas para atores privados. Ainda segundo os autores, tais processos podem associar-se à introdução de medidas de liberalização ou desregulamentação da educação pública, mas fundamentalmente associam-se a orientações pró mercantilização da Educação.

Considerando esta proposição e como resultado de Estado da Arte sobre privatização da Educação, Adrião (2018) considera que esses processos se materializam em três dimensões da educação pública: oferta educacional; gestão da educação e currículo cuja divisão decorre de estratégia metodológica. A dimensão oferta educacional operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público à oferta educacional por provedor privado, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e a introdução de políticas ou programas de escolha parental. A segunda dimensão, privatização da gestão da educação envolve presença de atores privados na definição de orientações que assumem caráter sistêmico, quanto a introdução de mecanismos de privatização apenas no âmbito de unidades escolares particulares como a transferência da gestão da escola para organização privadas. A última dimensão, privatização do currículo, envolve a privatização dos processos pedagógicos e aos insumos curriculares em geral.

Em relação ao sentido atribuído, neste artigo, ao direito à educação, assume-se, uma perspectiva normativa tendo em vista a relevância que sua previsão no texto constitucional de 1988 e em normativas derivadas assume para os parâmetros de análise desta pesquisa. A este respeito, Oliveira (2001, 2007) destaca que a Constituição Federal de 1988 inova ao prever a Educação no conjunto dos direitos sociais a serem assegurados inclusive quanto a este direito atribuindo relativa primazia. O texto reafirma o contido em tratados internacionais⁴, dos quais o Brasil é signatário, e pelos quais o direito humano à educação assume um duplo caráter frente aos demais direitos, na medida e que expressa se apresenta como síntese de conquistas e como mecanismo potencializador de demandas.

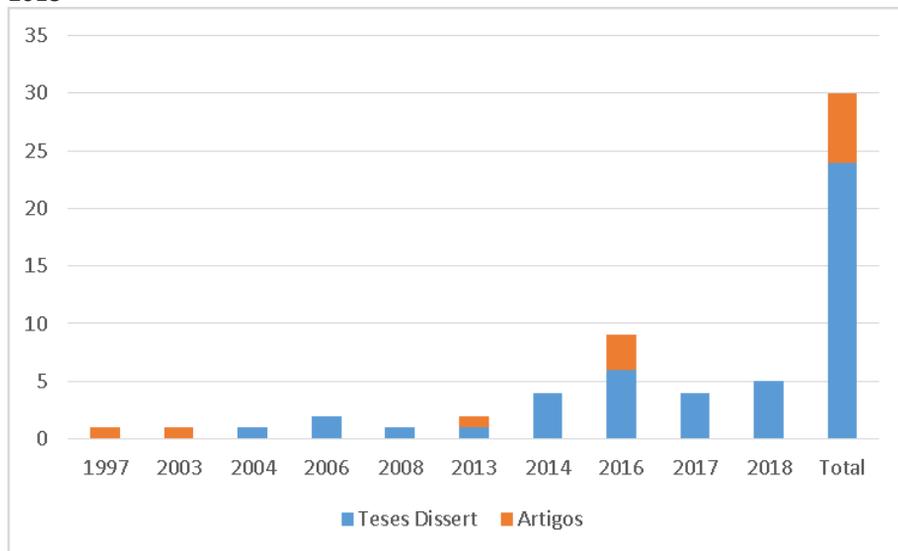
Oliveira informa ainda que o dever do Estado para com a garantia desse direito é reforçado pela previsão, também inédita, de mecanismo para sua que seja demandado pela sociedade. Para o autor, o texto constitucional avança ao introduzir dispositivos que permitem a exigência de cumprimento desse direito ao Poder Público, não apenas quando a oferta educativa não está assegurada, mas quando sua oferta é irregular, permitindo-se “responsabilizar, pessoal e diretamente, a autoridade incumbida da oferta deste direito, e não apenas o Poder Público em geral” (Oliveira, 1999, 2001)

O que se lê nas produções inventariadas.

Em relação às categorias bibliométricas, o gráfico 1, informa a distribuição das produções no período selecionado do qual se destaca a antecedência da publicação de artigos sobre a produção discente. No caso da produção discente, o primeiro trabalho localizado pela sistemática adotada neste levantamento foi publicado 16 anos após o texto constitucional ser promulgado e as publicações se intensificaram a partir de 2014, nas duas bases.

4 A este respeito, importa reportar que a Educação como DH está prevista na DUDH, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), no Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) (PIOVESAN, 2014).

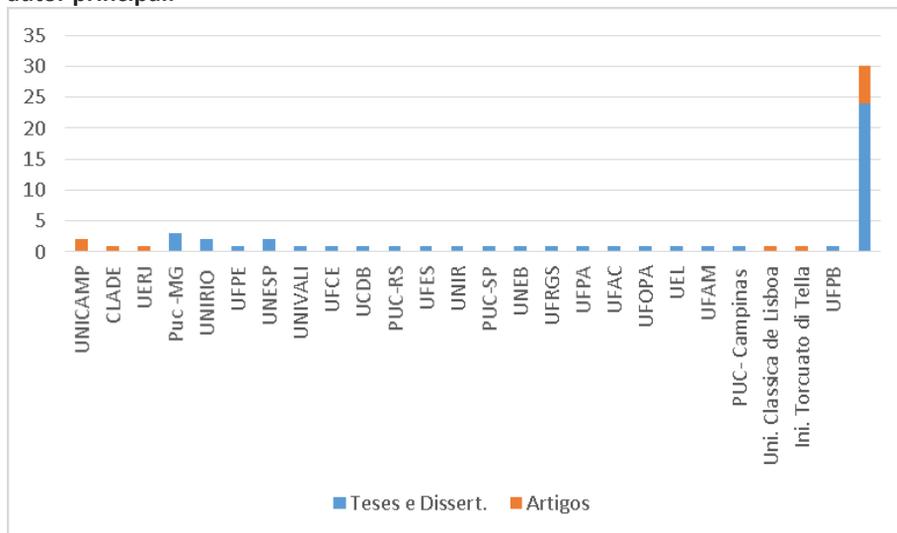
Gráfico 1- Distribuição anual de publicações de Dissertações, Teses e Artigos*- 1995-2018



Fonte. A autora com base em (SUPRIMIDO)/* Em periódicos A1.

Não se identificou o protagonismo evidente por parte de nenhuma instituição com na disseminação científica da temática, ainda que a Unicamp esteja associada a dois artigos. Além disso, duas intuições estrangeiras apareceram no lavamento: uma portuguesa e outra argentina. Não há coincidência entre os vínculos dos autores de artigos e das publicações de pós-graduação. Tem-se a primazia de mestrados acadêmicos (14), seguidos de doutorados (oito) e, por fim, de dois mestrados profissionais. Tais trabalhos estão diluídos em 20 diferentes instituições de ensino superior, 15 públicas e cinco privadas católicas, conforme ilustrado no gráfico2.

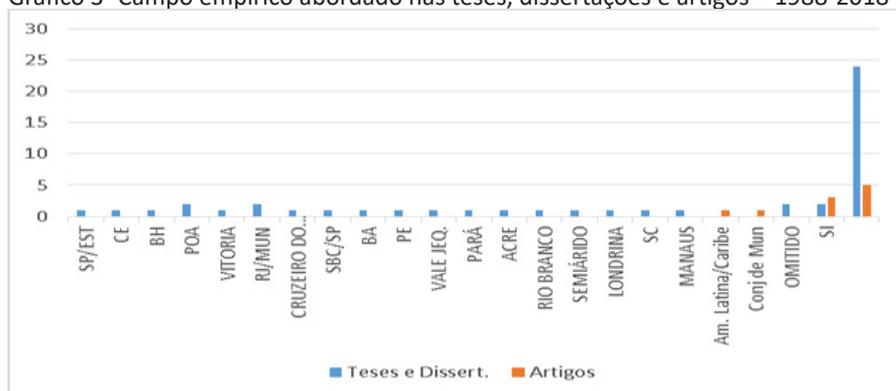
Gráfico 2- Distribuição de Teses, Dissertações e artigos por instituição de vínculo do autor principal.



Fonte: a autora

A exceção de quatro trabalhos, que por opção metodológica omitiram a informação ou porque o tratamento adotado não demandava, a maioria das teses e dissertações analisou um território específico, aqui denominado campo empírico. Tal não se verificou no conteúdo dos artigos. O gráfico 3 indica que sete daquelas tomaram estados como referência, nove municípios ou conjunto de municípios e os demais analisaram ações de atores privados sob a educação em territórios mais alargados. No caso dos artigos, apenas dois analisaram campos empíricos específicos: América Latina e Caribe e conjunto de municípios brasileiros.

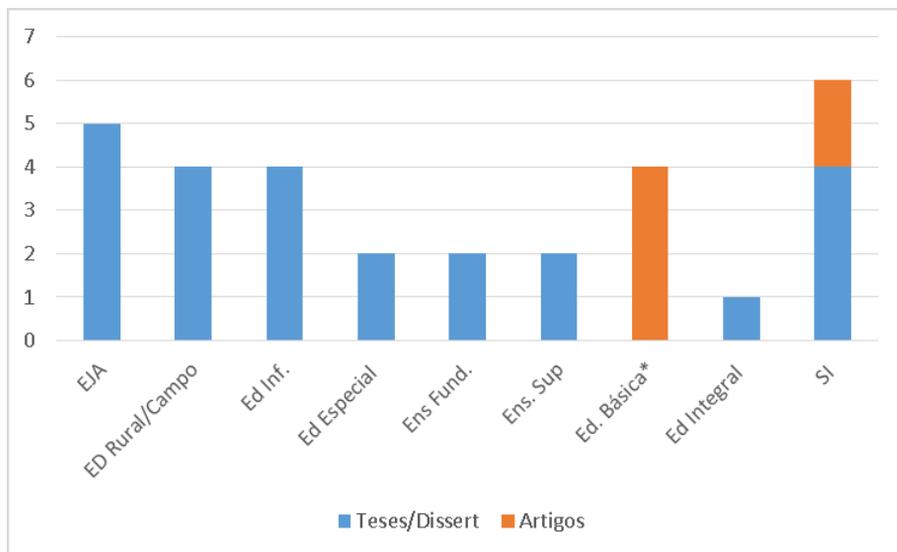
Gráfico 3- Campo empírico abordado nas teses, dissertações e artigos – 1988-2018



Fonte: a autora

Em relação à etapa ou modalidade de escolaridade considerada nos estudos, prevaleceu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) associada ou não à Educação Rural ou do Campo, posto que assim alguns textos se referiam a esta modalidade, seguida da educação infantil e da educação especial. Esta constatação, confirma a extensa literatura brasileira que analisa a participação direta de atores privados de natureza distintas na oferta educativa destas etapas/modalidades da educação básica, tendo em vista tanto histórica a ausência da oferta estatal, quanto a resistência por parte de organizações e movimentos sociais em ela submeterem-se. No caso dos artigos, a educação básica compreendeu a etapa de escolaridade obrigatória em outros países, posto que três trabalhos analisam contextos internacionais. Síntese destas informações encontra-se no gráfico4.

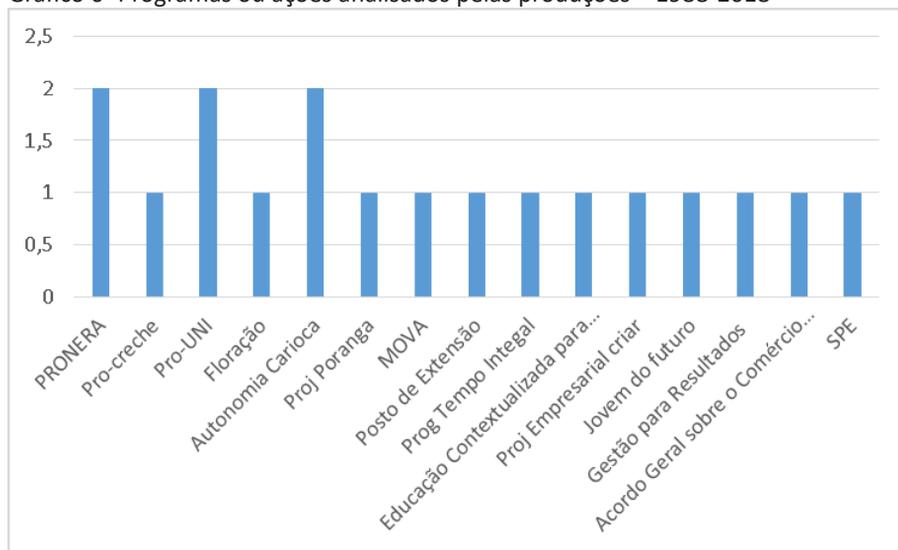
Gráfico 4- Etapa de Escolaridade ou modalidade consideradas nos trabalhos – 1988-2018



Fonte: a autora. * Educação obrigatória em outros países.

A diversidade do campo analisado associa-se à diversidade dos programas educativos selecionados, como indica o Gráfico5. Quatro foram analisados em mais de um trabalho: Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA); Programa Autonomia Carioca, Pro-Uni e o PRONERA, os dois primeiros implantados em municípios como decorrência de políticas municipais e os dois últimos consistindo em programas educacionais promovidos pelo governo federal. Em seu conjunto, os programas acionam atores privados de naturezas distintas para sua viabilização. Pronera e Mova, ambos voltados para a educação de jovens e adultos no campo ou no meio urbano, contam com atores privados do campo popular, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), ou com organizações comunitárias não identificadas pelos trabalhos que focalizaram o MOVA. Por outro lado, os programas analisados pelos artigos - compra de Sistemas Privados de Ensino (SPE) por municípios brasileiros como política educacional e Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços (GATS) – expressam conteúdos associados à mercantilização da educação.

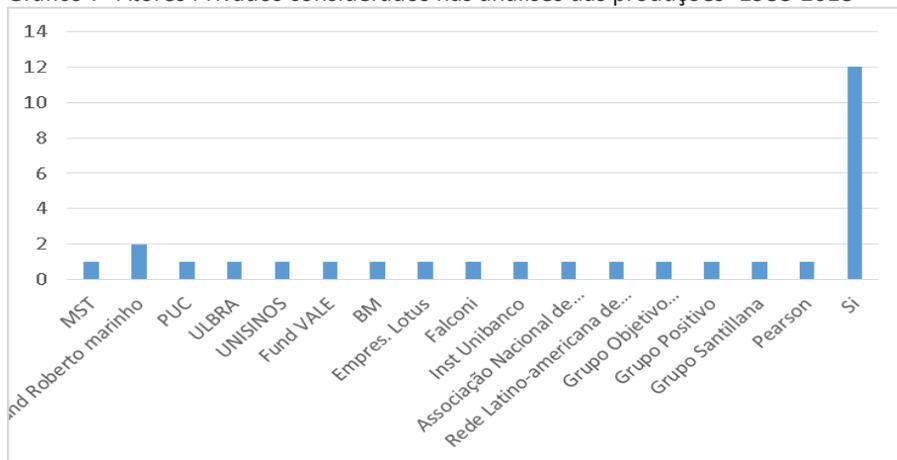
Gráfico 6- Programas ou ações analisados pelas produções – 1988-2018



Fonte: a autora

No que se refere aos atores privados identificados nos trabalhos, tem-se que: Seis diferentes empresas e organizações de base empresarial fora do segmento educacional foram relatados como idealizadores ou apoiadores de programa, quatro corporações do segmento do mercado editorial associaram-se a formas de privatização do currículo; três instituições privadas de ensino superior foram consideradas nas análises realizadas, além do MST. Entretanto a maioria das produções não se referiu a nenhum ator específicos, conforme Gráfico 7.

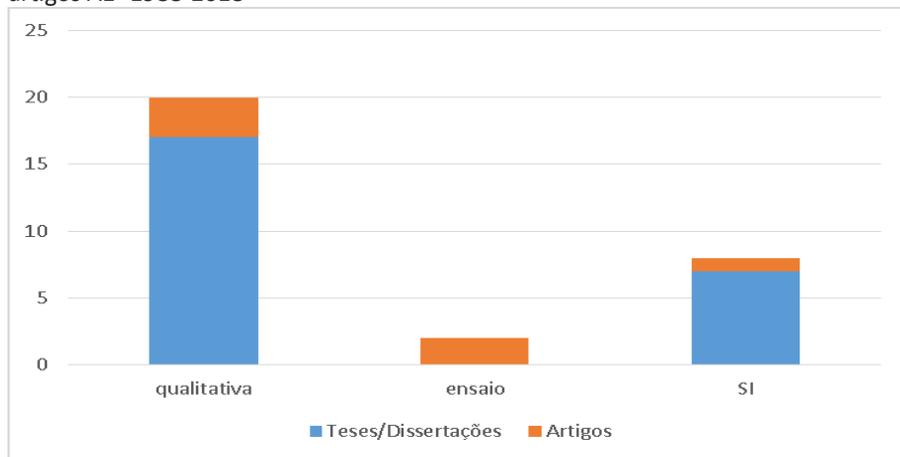
Gráfico 7- Atores Privados considerados nas análises das produções- 1988-2018



Fonte: a autora

A análise do material inventariado também permitiu caracterizar as produções no que se refere ao método empregado ou à metodologia adotada. Para este fim se considerou o declarado nos resumos ou introdução dos trabalhos conforme indicado no Gráfico 8. Por método, tendo por referência Gatti (2004) e Sarafione (2000), entendeu-se a abordagem ou a perspectiva adotada nos estudos: quantitativa, qualitativa, quanti-quali ou ensaio. Registrou-se ainda a ausência de informação a este respeito (Si).

Gráfico 8- Abordagem/perspectiva de pesquisa informada pelas teses, dissertações e artigos A1- 1988-2018

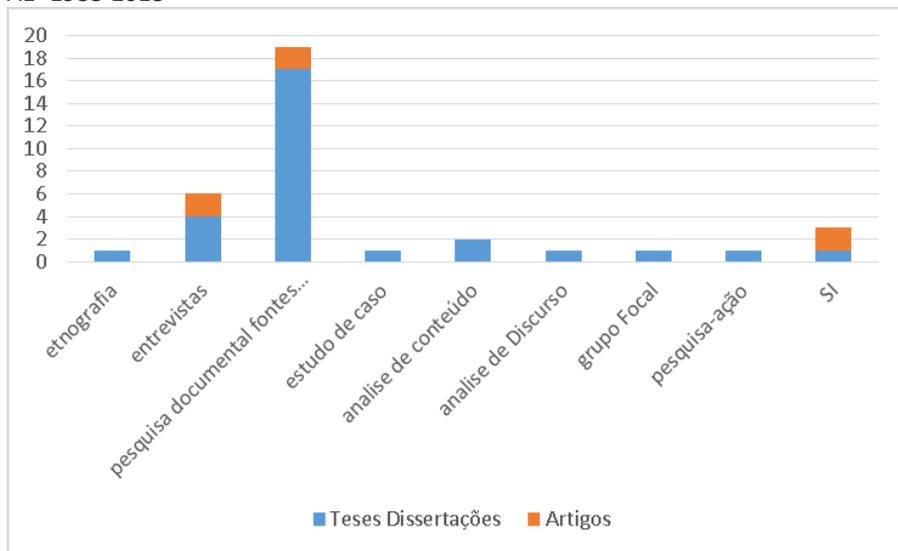


Fonte: a autora

Nota-se que a totalidade dos trabalhos que identificaram a abordagem de pesquisa adotada referiam-se a pesquisas qualitativas. Não se identificou produções derivadas de estudos quantitativos ou quali-quantitativos.

No que tange aos procedimentos, percursos metodológicos ou à metodologia propriamente dita, informações tomadas como sinônimas, o Gráfico 9 sintetiza os dados inventariados. Convém informar que um mesmo trabalho pode lançar mão de mais de uma alternativa metodológica. O gráfico explicita a predominância de pesquisas documentais em fontes primárias, associadas ou não à adoção de entrevistas. Em terceiro lugar encontram-se trabalhos que optaram pela análise de conteúdo e neste caso como estratégia para análise de dados primários.

Gráfico 9- Procedimentos metodológicos/metodologia – Teses, dissertações e artigos A1- 1988-2018

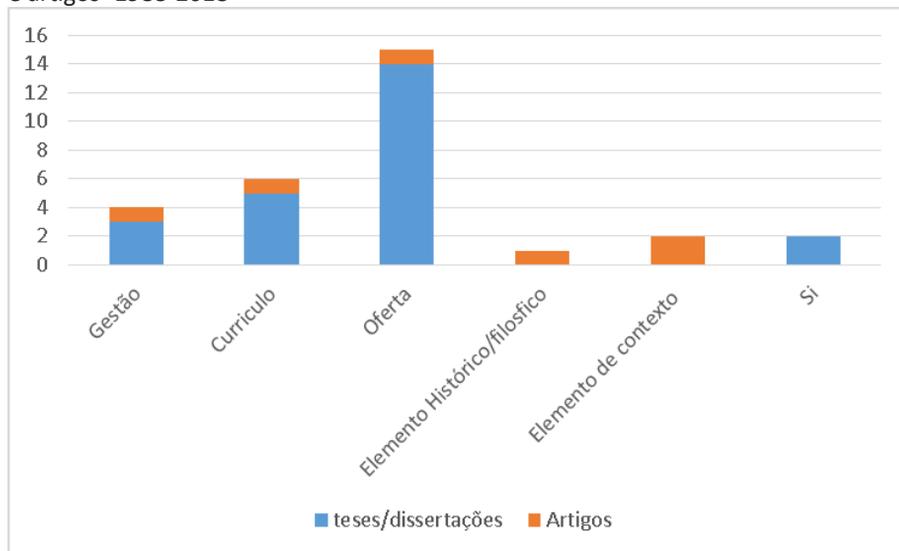


Fonte: a autora

O levantamento não identificou estudos como revisão da literatura, pesquisas participantes, pesquisas longitudinais (*survey*), multi-casos ou ainda estudos assentados em análise de redes, metodologias empregadas em muitos estudos sobre privatização da educação. (Adrião, 2015. 2018)

Da leitura das informações presentes nas produções aqui consideradas e tendo em vista as dimensões da política educativa sobre as quais a privatização da educação tem se materializado propostas por Adrião (2018), percebe-se que a maioria dos trabalhos (15) versou sobre a oferta educacional, quatro analisaram programas ou ações relacionadas à gestão da educação e três refletiram sobre formas de privatização do currículo escolar. Além disso, dois artigos relacionaram a privatização da educação à sua realização como direito a partir de uma análise de condicionantes de contexto (neoliberalismo e globalização) e um a elementos histórico-filosóficos. Obviamente que este enquadramento se refere a um exercício analítico que considera os elementos mais enfatizados nas diferentes análises, posto que na realidade a complexidade desses processos é multifacetada.

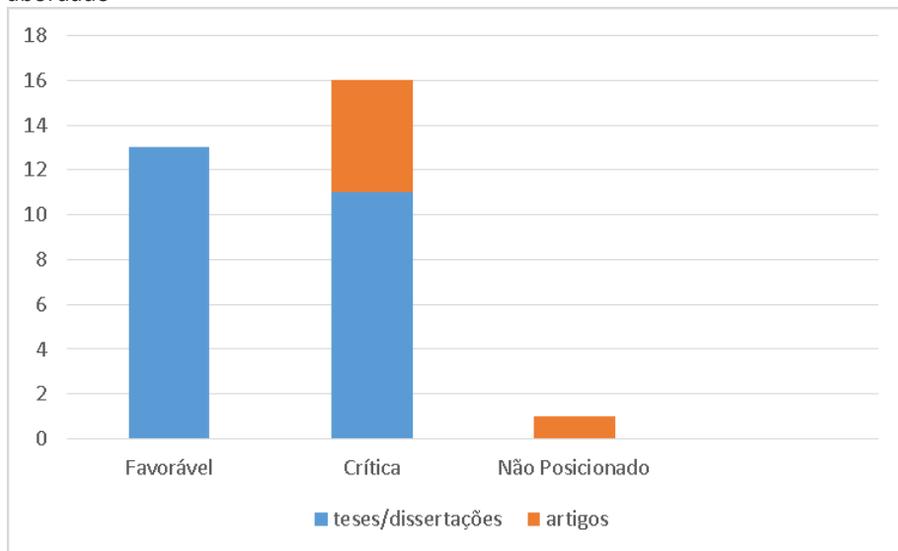
Gráfico10- - Dimensão da privatização da educação considerada nas teses, dissertações e artigos- 1988-2018



Fonte: A autora

Em relação à posição dos autores sobre a privatização da educação e sua relação com a realização do direito à educação, tem-se que as teses e dissertações que analisaram educação do campo ou de jovens de adultos consideram que a transferência da oferta educacional para atores privados originários de movimentos populares e organizações comunitárias é uma forma de garantir que populações excluídas da escola regular tenham assegurado seu direito à educação. Já os trabalhos que analisam programas e políticas operados por empresas ou associações de base empresarial são críticos à transferência da responsabilidade sobre a educação para o setor privado.

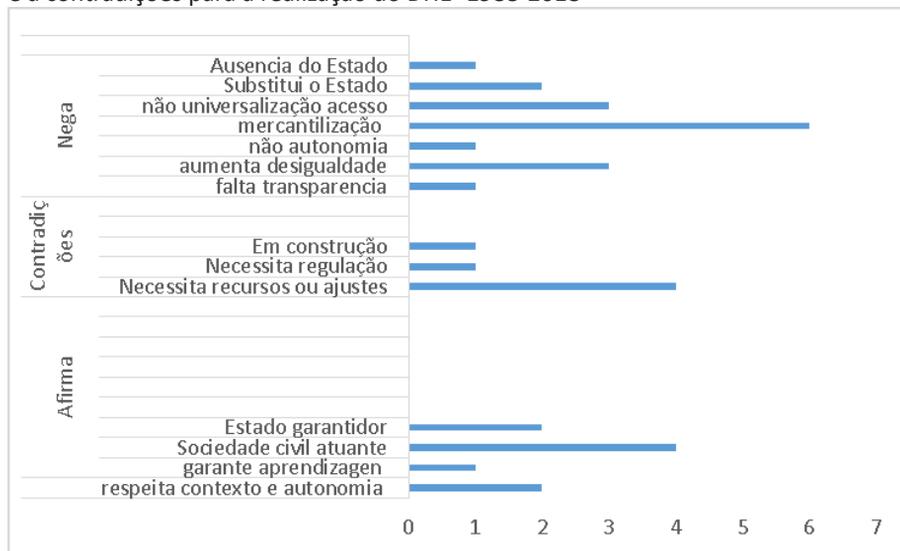
Gráfico 11 - Posição das dissertações, teses e artigos (A1) em relação ao tema/objeto abordado



Fonte: autora

Um último conjunto de informações apresentado, para efeito de sistematização da revisão dos trabalhos selecionados, diz respeito aos apontamentos sobre o tema analisado e sua relação com a efetivação do direito humano à educação. Nesses termos, apenas quatro explicitam claramente esta conexão, os demais o fazem indiretamente ao indicar resultados que afirma, negam ou apresentam contradições para a realização do DHE, como sistematizado o Gráfico 11.

Gráfico 11- Posições das teses, dissertações e artigos em relação à negação, afirmação e a contradições para a realização do DHE- 1988-2018



Fonte: a autora

A negação do direito à educação, segundo os trabalhos, associa-se mais fortemente à introdução de mecanismos de mercado, seguida pela posição assumida pelo Estado na garantia deste direito, a qual tanto é percebida como estruturalmente contrária à educação para todos e todas, tendo em vista sua natureza de classe, quanto demandada, neste caso a ausência do Estado é condição de negação do direito à educação. Um conjunto relevante de trabalhos considerou que os programas e políticas analisados apresentam contradições e limites que dificultam a realização do direito à educação, especialmente pela ausência de recursos financeiros. Por fim, destacam-se os trabalhos que sublinham o protagonismo da sociedade civil para a consecução do DHE.

Indicações finais

Um primeiro aspecto a considerar é a limitação do próprio Banco de Dados Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, seja pela flutuação para o acesso no que está disponível, seja na interface pouco intuitiva para realização da pesquisa.

Mesmo com tais limitações é importante considerar que 24 teses ou

dissertações e apenas seis artigos publicados em revistas A1 corresponderam à busca que articulou privatização e direito à educação em 30 anos de publicações. Esta informação é relevante por traduzir o tratamento tangencial dado à articulação entre os processos e as formas de privatização da educação, o que inclui as chamadas “parcerias” entre organizações privadas e governos, e o Direito Humano à Educação e por explicitar a necessidade de estudos que o façam. O descritor “parceria” foi acionado para o inventário das produções aqui em destaque.

Frisa-se a inexistência de pesquisas com metodologias quantitativas e a prevalência de pesquisas documentais, em sua maioria sobre programa governamental ou privado determinado e um campo empírico específico. Em relação à dimensão da educação considerada, a maioria dos trabalhos se refere à oferta educacional.

Também se destaca estudos favoráveis à transferência da responsabilidade pela oferta, pela gestão ou pela proposta curricular do estado para atores privados quando estes são constituídos por movimentos sociais ou organizações populares. Nestes casos, as conclusões afirmam que o direito à educação foi assegurado em função do respeito aos sujeitos envolvidos, à autonomia dos educadores e estudantes ou à ação proativa dos movimentos e organizações acionados, mesmo quando se trata de programas governamentais que preveem repasse de fundos públicos para atores privados. Neste conjunto de estudos, o pressuposto é que o Estado, por sua natureza de classe, não atenderia por meio de políticas educacionais segmentos historicamente marginalizados ou excluídos do acesso a conquistas como o direito à educação, tarefa que deve ser assumida pelo próprio segmento organizado.

Já no caso de estudos sobre convênios, contratos ou parcerias de governos com organizações privadas de base empresarial ou para oferta da educação infantil em instituições formais, os trabalhos são críticos e indicam processos de mercantilização da educação e o aumento das desigualdades derivadas de ações desta natureza como expressão da negação do DE.

Encontrou-se, especialmente nos artigos na forma de ensaios, reflexões que relacionam aspectos do contexto histórico (globalização econômica e ascensão do neoliberalismo), que minimizam a efetivação do direito à educação na medida e que relativizam a diminuição da presença do estado como garantidor deste direito, a estratégias de privatização da educação.

Importante sublinhar que os Indicadores do Direito à Educação, sistematizados e propostos por Katarina Tomaševski em alinhamento ao contido no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC

(ONU, 1966) pelo qual os estados parte devem adotar medidas até o máximo dos recursos disponíveis para efetivar os direitos, foram considerados em dois artigos. O PIDESC integra a Carta Internacional dos Direitos Humanos, juntamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

Enfim, o que se depreende deste levantamento das produções em educação, é que o processo de privatização da educação é considerado um impeditivo para a realização do DE em função do ator privado envolvido e não da transferência da responsabilidade por sua efetivação para a sociedade civil, tema que, no limite, demanda estudos orientados para o entendimento atribuído ao Estado e à natureza de sua atuação.

Referências

Adrião, T.. *Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica*. 2015. 227f. Tese Livre-Docência, Universidade Estadual de Campinas.

ARAÚJO, C. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

MACHADO, C PEREIRA, A. C. *Direito à Educação e Avaliação_Tendências Temáticas*, p.17, 2021(prelo).

MORI, A.; Adrião, T.. Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do web of science, 2015-2018. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1241–1257, 2018.

OLIVEIRA, R. P.de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, R. P. de, Adrião, T.. (orgs.). *Gestão, financiamento e direito à educação*. Análise da LDB e Constituição Federal. São Paulo: Xamã, p. 15-43, 2007.

OLIVEIRA, R. P. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, mai-ago, p. 61-74, 1999

PIOVESAN, F. Sistema interamericano de direitos humanos: impacto transformador, diálogos jurisdicionais e os desafios da reforma. **REDESG - Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global. V.3, n.1, 2014.**

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*. 3ª edição. São Paulo, Atlas, 2008. 334 p.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, set./dez. 2006, p. 37-50.

TOMASEVSKI, K. Indicadores del derecho a la educación, *Revista Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, Revista IIDH, 2004, Vol. 40.

Relação dos trabalhos inventariados.

Adrião, T. M. F. ET al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 24 Junho 2021], pp. 113-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>>.

BARBOSA, L. M. R. Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 24 Junho 2021], pp. 153-168. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157215>>.

BRONZATE, SANDRA TORQUATO. *O currículo integrado no contexto de implantação do PROEJA FIC: a experiência dos municípios de Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi, Osasco, São Bernardo do Campo e Várzea Paulista*. 2014. 294f. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALIXTO, J.de A. *Sistema público de educação e o regime de colaboração: uma experiência do estado do Acre e do município de Rio Branco no período de 2005 a 2012*. Rio Branco 2017. 2017. undefined f. Mestrado em Educação, UFAC, Rio Branco.

CARVALHO, S. M. G. *Educação na reforma agrária: PRONERA, uma política pública?* 2006. 211f. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

COELHO, L. C. P. *A possibilidade de realização de parceria entre o setor público e o terceiro setor para garantia do direito fundamental à educação infantil com fundamento na sustentabilidade econômica e social: uma contribuição para o desenvolvimento socioeducacional do estado de Santa Catarina*. 2018. 295f. Doutorado em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

COSTA, A. C. M. *Os impactos do PRONERA no assentamento reunidas: as relações entre movimento social X universidade X governo federal*. 2004. 229f. Doutorado em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília

COSTA, B. A. *Programa pró-creche e atendimento público municipal: um olhar para as condições da oferta de educação para a primeira infância*. 2014. 259f. Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

CROSO, C. e MAGALHÃES, G. M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 24 Junho 2021], pp. 17-33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>>.

ESTEFFANIO, M. B. *As organizações da sociedade civil de Belo Horizonte em parceria com a escola: reproduções, confrontos e convergências*. 2008. 289f. Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARIAS, C. dos S. *Política educacional para a educação infantil: o compasso da jurisdição de Londrina nas parcerias público/privadas*. 2018. 162f. Mestrado em Educação, UEL, Londrina.

FILHO COSTA, E. S. *Expansão e democratização da educação superior: uma avaliação dos impactos do REUNI no curso de Serviço Social da UFPB*. 2016. 141f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GOBETE, G. *Educação especial no município de Vitória/ES no período de 1989 a 2012: políticas e direito à educação*. 2014. 170f. Doutorado em Educação, UFES, Vitória.

LIDUENHA, T. G. G. *Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA*. 2014. 203f. Doutorado em Educação Especial – Educação do indivíduo especial), UFSC, São Carlos.

LIMA, O. G. de. *Relação entre Rede Municipal de Ensino e Instituições do Terceiro Setor para Escolarização das Pessoas com Deficiência em Manaus*. 2018. 236f. Doutorado em Educação, UFAM, Manaus.

MACHADO, C. (coord). *DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE DE 1988 A 2018*. Relatório de Pesquisa. (2021)

MARTINS, G. M. de M. *Disputas de sentidos sobre Autonomia e sua expressão político-pedagógica no Projeto Autonomia Carioca (PAC) e sua expressão na rede municipal do Rio de Janeiro*. 2016. 112f. Mestrado em Educação – Processos formativos e desigualdades Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MENEZES, A. C. S. *Educação do campo no semiárido como política pública: um desafio à articulação local dos movimentos sociais*. 2017. 280f. Doutorado em Educação, UFPB, Joao Pessoa.

MONTANO, M. R. *A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre*. 2018. 216f. Mestrado em Educação, UFRGS.

MONTEIRO, A. R. O pão do direito à educação.... *Educação & Sociedade* [online]. 2003, v. 24, n. 84 [Acessado 24 Junho 2021] , pp. 763-789.

MOURA, J. B. de. *Fórum de EJA Mato Grosso: caminhos iniciais, lutas e conquistas*. 2016. 114f. Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

NARODOWSKI, M. Políticas públicas e infancia: deseos y límites a la igualdad en la educación. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2013, v. 18, n. 54 [Accedido 24 Junio 2021] , pp. 551-570.

NASCIMENTO, E. F. *Inclusão excludente': a experiência do Projeto Poronga à luz da Psicologia Histórico-Cultural*. 2016. 183f. Mestrado em Psicologia, UFR.

NASCIMENTO, J. A. *A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade*. 2018. 376f. Doutorado em Educação, UFPE.Recife.

PELLEGRINI, A. L. T. A. *Educação em movimentos Reflexões e desafios dos processos de aprendizagem em movimentos sociais de Madrid*. 2016. 613f. Doutorado em Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo.

PEREIRA, L. R. *O acesso e a permanência do aluno Prounista na universidade privado/filantrópica brasileira*. 2014. 128f. Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

PERIUS, L. C.F. *Programa Nacional de Educação na reforma agrária a Gestão do PRONERA no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998/2001*. 2008. 113f. Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

RAMALHO, M. L. *Parceria público-privada em educação: arranjos de educação em municípios do Vale do Jequitinhonha e a Fundação Vale*. 2016. 277f. Doutorado em Educação, PUC- Minas Gerais, Belo Horizonte.

RIBEIRO, F. de M. *Consciência dos Prounistas sobre a inserção no ensino superior*. 2013. 138f. Mestrado em Psicologia, PUC-Campinas, Campinas.

RIBEIRO, V. C. *A Parceria Público-Privada na Amazônia: impactos na gestão escolar do ensino médio em Santarém-Pará*. 2017. 199f. Mestrado em Educação, UFOPA, Santarém

RODRIGUES, E. F.. *Parceria entre Poder Público e Sociedade Civil na promoção da práxis educativa popular: MOVA São Bernardo*. 2016. 151f. Mestrado em Educação – Currículo, PUC- São Paulo, São Paulo.

ROMANO, RAQUEL. *A inserção do setor privado no espaço educacional público - uma alternativa eficaz? Um estudo de caso sobre a formulação e implementação de um projeto de arte-educação*. 2006. 216f. Mestrado em Educação, PUC- MG, Belo Horizonte

SANTOS, A. M. C. dos. *O processo de desativação das escolas técnicas estaduais no Amazonas*. 2003. 95f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS, P. A. dos. *Percepções de professores e estudantes sobre o programa de aceleração de estudos floração*. 2014. 119f. Mestrado em Educação, PUC-MG, Belo Horizonte.

SANTOS, S. M. dos. *Movimentos sociais e sindical do campo e a política de educação do campo: Representação na vida dos/as trabalhadores rurais do MSTTR Nazaré da Mata* 2016. 2016. 109f. Mestrado Profissional em Educação, UFPE, Nazaré da Mata.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000.

Silva, F. J. C. *O Financiamento da Educação no Brasil: o caso do município do Rio de Janeiro (2010-2016)*. 2018. 99f. (Mestrado em Educação), UERJ, São Gonçalo.

SILVA, M.S. *Escolarização básica no chão da empresa: o olhar reflexivo dos egressos*. 2016. 181f. Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, UEB, Salvador.

SOARES, N. F.. *O Projeto Escola De Tempo Integral Da Rede Estadual Do Pará Na Perspectiva Do Financiamento*. 2017. undefined f. Mestrado em Educação, UFPA, Belém.

SOUZA, G. M. A. *Avaliação emancipatória e gestão democrática: caminhos para a construção de uma escola transformadora no município de Niterói*. 2016. undefined f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

UEQUED, A. da S. *Decisão Jurídica e Direitos Sociais: Possibilidades e limites da intervenção judicial democrática na concretização do direito à educação infantil*. 2018. 242f. (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre.

VALE, L. do. O papel da educação: do direito natural ao direito à instrução. *Educação & Realidade*. 1997, v. 22, n. 1.

WAGNER, S. F. *A Aplicabilidade das Parcerias Público-Privadas na Concretização da Educação Inclusiva: ensino fundamental*. 2013. undefined f. Mestrado em Direito, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.